**Título: Liberdade de Crença: Um Direito que Precisa Ser Respeitado**

A Constituição Federal de 1988 assegura a liberdade de crença como direito fundamental de todo cidadão brasileiro. No entanto, a intolerância religiosa ainda persiste como um grave problema social, manifestando-se em forma de preconceito, discriminação e até violência, especialmente contra religiões de matriz africana. Esse cenário revela a necessidade urgente de ações que promovam o respeito à diversidade religiosa e garantam o exercício pleno da liberdade de culto.

Em primeiro lugar, é importante compreender que a intolerância religiosa está enraizada em preconceitos históricos e culturais. Religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, por exemplo, são frequentemente associadas, de maneira equivocada e preconceituosa, a práticas negativas. Essa estigmatização se reflete em agressões físicas, depredação de templos e discursos de ódio, muitas vezes disseminados até mesmo em ambientes escolares e nas redes sociais.

Além disso, a ausência de uma educação voltada à valorização da pluralidade cultural e religiosa contribui para a perpetuação do problema. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de formação cidadã, muitas vezes falha ao ignorar ou tratar superficialmente as religiões que não fazem parte do senso comum, o que favorece o preconceito e a desinformação entre os jovens.

Diante disso, cabe ao Estado, por meio do Ministério da Educação, incluir no currículo escolar conteúdos que tratem da história e da importância das diversas manifestações religiosas no Brasil, com enfoque no respeito à diversidade. A mídia, por sua vez, deve cumprir seu papel social ao promover campanhas de conscientização que valorizem a liberdade religiosa e denunciem casos de intolerância. Organizações civis e lideranças religiosas também podem colaborar, promovendo o diálogo inter-religioso e ações comunitárias de integração.

Portanto, combater a intolerância religiosa exige um esforço coletivo e contínuo. É preciso educar para o respeito, punir atos de preconceito e valorizar a diversidade que compõe a identidade cultural do país. Só assim será possível construir uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente democrática.